

Horizontes Estratégicos da Economia Solidária.

Euclides André Mance
Cidade do México, jan./2008

Introdução

O presente texto recolhe as contribuições que fizemos ao debate sobre economia solidária no Fórum Social Mundial – Capítulo México, na Cidade do México, Zócalo, na tenda dedicada a esse tema no período de 23 a 26 de janeiro de 2008.

1. Complexidade e Futuros

Na perspectiva de uma transformação global e no marco das relações que o movimento da economia solidária tem com o conjunto das redes e organizações integradas na grande rede social mundial que nos articula a todos e no Fórum Social Mundial, seguimos avançando na construção de novos mundos possíveis, desenhando e efetivando coletivamente o projeto de uma nova humanidade.

Na base material desses novos mundos está a economia solidária, que podemos brevemente caracterizar pelos seguintes aspectos: autogestão popular da produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico; distribuição equitativa da riqueza produzida; preservação do equilíbrio dos ecossistemas, recuperação do equilíbrio ecológico do planeta e de nossos territórios; afirmação das economias soberanas nos marcos que tem sido acumulados nos Fóruns Sociais Mundiais e o combate a todas as formas de imperialismo econômico, político e cultural; construção de redes locais, internacionais e globais de economia solidária como alternativa à globalização neoliberal, combatendo toda forma de exclusão, exploração, discriminação e dominação.

*A forma política desses novos mundos possíveis vai sendo desenhada como democracia participativa e cidadania global que requer: autogestão popular, através de mecanismos diretos e de participação institucional nos governos, forçando a democratização dos Estados; orçamentos participativos, conselhos populares para a definição de políticas específicas; transparência na execução dos orçamentos e obras políticas; combate a toda forma de autoritarismo e corrupção; garantia da cidadania política e do controle popular sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário; modificação das leis, para suprimir leis injustas e criar novas leis que assegurem novos direitos acerca da economia solidária, da democracia participativa e da interculturalidade; e transformar os Estados para que sejam expressão do poder popular, garantindo-se a *soberania popular*; construção do poder popular conectando redes sociais locais, regionais, nacionais e internacionais, pressionando os governos em torno a eixos de luta estratégicos, promovendo mudanças estruturais, fortalecendo a economia solidária e a interculturalidade; reconstruir as instâncias de Governança Internacional.*

A organização cultural desses novos mundos possíveis vai sendo desenhada com base na interculturalidade, que pode ser referida nos seguintes aspectos: respeito à soberania dos povos e nações; fortalecimento constante do diálogo entre as diversas culturas, abrindo novos horizontes de percepção de nossas vidas, do mundo e do cosmos, construindo relações de justiça, paz e solidariedade entre os povos e nações; assegurar a cada pessoa seus direitos a educação, informação e comunicação para que possa exercer criticamente o seu poder de decidir, tanto na esfera de sua vida privada, quanto nas esferas públicas; promover a cultura de solidariedade, combatendo todas as formas de racismo, machismo, homofobia, discriminação religiosa e formas de ação econômica que degradam os ecossistemas; assegurar a realização dos direitos humanos e o acesso às condições

materiais, políticas, informativas e educativas para o ético exercício das liberdades públicas e privadas de cada pessoa e das sociedades em seu conjunto.

A estratégia para a construção desses novos mundos possíveis, ao nosso ver, deve enfatizar as seguintes ações: conectar nossas organizações em redes colaborativas; conectar nossas redes específicas em redes de redes, exercendo a interculturalidade, a democracia participativa e a economia solidária; criar espaços de articulação nos territórios em que avancemos na construção concreta de nossos outros mundos possíveis; organizar um sistema de comunicação global, utilizando todas as ferramentas de tecnologia da informação disponíveis para fortalecer nossas ações locais e globais em torno de eixos de luta estratégicos com uma agenda global permanente.

2. Eixos Estruturais de um Modelo Integral Alternativo

Podemos tratar dos eixos estruturais de um modelo integral alternativo, a ser debatido nesta Mesa, considerando as dimensões econômica, política e cultural de nossas sociedades, na perspectiva de sua transformação estrutural. Em cada uma dessas dimensões, trata-se de afirmar eixos que possuam basicamente as características de: a) atender demandas populares, particularmente as mais imediatas e urgentes, nesses três âmbitos; b) combater as estruturas vigentes e injustas em nossas sociedades relacionadas à exploração, dominação e exclusão sociais, que direta ou indiretamente mantêm tais demandas populares insatisfeitas; c) construir novas estruturas sociais como base de atendimento das demandas populares, ampliando-se sempre mais as possibilidades de realização ética das liberdades públicas e privadas, assegurando-se a cada pessoa e ao conjunto das sociedades as condições materiais, políticas, educativas e informativas para o seu desenvolvimento integral. Tais eixos estruturais, portanto, são objetivos políticos e estratégicos no enfrentamento das estruturas vigentes e para a construção de sociedades mais justas, livres, democráticas e sustentáveis. A economia solidária tem um claro compromisso com as populações empobrecidas e marginalizadas para que atuem como sujeitos na construção de uma nova sociedade, compartilhando esforços com todos os atores sociais que lhes sejam solidários nessa mesma tarefa histórica.

Muito rapidamente, poderíamos analisar essas três dimensões em três níveis: micro, meso e macro.

No campo da microeconomia, podemos analisar os aspectos do consumo, produção, comércio, serviços e finanças. a) Trata-se, entre outras ações, de promover e expandir o *consumo sustentável, ético e solidário*. A reorganização do modo como consumimos nos territórios pode contribuir para ativar o desenvolvimento local na medida em que consumimos produtos e serviços solidários gerados no próprio território. Isso amplia a sustentabilidade dos empreendimentos e aumenta o volume de recursos distribuídos na região pela remuneração do trabalho auto-gestionado, com efeitos positivos em todas as cadeias solidárias de produção/comercialização/consumo locais e regionais. Esse impacto nas cadeias está relacionado ao fato que o incremento do consumo sustentável e solidário de produtos finais amplia a demanda por matérias-primas, o que ativa outras etapas de produção para atender-se às demandas do consumo produtivo, substituindo-se insumos e técnicas de produção não solidárias e não ecológicas por outros eco-solidários, para que sejam mais adequados à manutenção do equilíbrio ecológico do território e ao desenvolvimento integral de suas populações e comunidades. Trata-se, pois, tanto de considerar o consumo individual que realizamos a cada dia e que está relacionado às despesas em nosso orçamento familiar, quanto o consumo coletivo relacionado tanto às organizações coletivas diversas quanto aos equipamentos públicos, transportes, etc. É possível, pois, desenvolver práticas solidárias de aquisição, compartilhamento e uso que favoreçam o desenvolvimento territorial pelo consumo local de sua produção. É fundamental enfatizar, todavia, que a opção primeira deve ser consumir os produtos e serviços de economia solidária para a ativar as cadeias produtivas solidárias, para que estas se expandam pelo conjunto dos territórios, mesmo que isso, em alguns casos, signifique dar preferência ao consumo

de produtos e serviços de outros territórios. b) Cabe igualmente *ênfatizar o aspecto autogestionário da produção, do comércio e dos serviços* a promover-se nos territórios. A autodeterminação de fins e a autogestão de meios é basilar ao modelo integral alternativo que se debate nesta mesa do FSM – Capítulo México. Não se trata de um modelo formal, mas de formas históricas em aprimoramento com as quais vamos fortalecendo o exercício da democracia no seio da atividade econômica. A dignidade de cada pessoa está acima do capital e a igualdade nas decisões (a cada pessoa um voto) deve ser resguardada em todos os empreendimentos solidários que integram as cadeias produtivas em suas várias etapas. Além disso, a ênfase deve ser igualmente colocada na inter-cooperação entre os empreendimentos, constituindo-se redes colaborativas em favor da sustentabilidade de todos os empreendimentos e do bem-viver das comunidades que formam o território. c) Ainda do ponto-de-vista micro-econômico é fundamental, sob o aspecto das finanças, a organização de Fundos e Caixas que possibilitem às pessoas contribuir com suas poupanças para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Em nível meso-econômico, deve-se promover a organização de redes de economia solidária, com logística de armazenagem e distribuição, integrando o conjunto dos territórios. Cabe igualmente, elaborar propostas de políticas públicas e, sempre resguardando a autonomia das organizações de economia solidária frente ao Estado, orientar a ação dos governos neste campo para que, democraticamente, contribuam para o fortalecimento e expansão da economia solidária, não apenas como forma de geração de trabalho e renda, mas especialmente como concepção de desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável. E, para sermos breves, cabe igualmente a articulação dos fluxos de investimento de todos os atores da economia solidária, de modo que possam ser organizados de maneira estratégica, potencializando os benefícios que com eles se pode obter em favor de cada iniciativa em particular e do conjunto da economia solidária como um todo.

Por fim, do ponto de vista macro-econômico, é necessário desenvolver-se mecanismos de interferência sobre os fluxos financeiros nacionais e internacionais, pois os países não podem ficar reféns da ciranda financeira global. A economia solidária, como concepção de desenvolvimento, afirma as economias nacionais como economias soberanas e esta soberania tem de ser assegurada tanto no que se refere à apropriação e desenvolvimento tecnológico quanto no que se refere aos fluxos de capitais, enfrentando a lógica que reproduz a dependência das nações frente às mega-corporações e aos fluxos internacionais de capitais, tanto produtivos quanto especulativos.

Igualmente na dimensão política podemos desdobrar essa reflexão em três níveis. Em nível micro-político trata-se da ênfase na autogestão, com o controle dos trabalhadores e trabalhadoras sobre os meios de produção, o processo de produção e os seus resultados, mas igualmente com o controle da sociedade sobre os orçamentos públicos e sobre as políticas de planejamento permanente, exercendo a democracia participativa. Trata-se igualmente da transformação das relações de poder, combatendo-se o machismo, o racismo e as diversas formas de discriminação, consolidando-se a democracia no cotidiano. Neste nível trata-se ainda de promover a articulação da economia solidária com movimentos, organizações e outras redes solidárias, constituindo-se movimentos de pressão e proposição de políticas, no horizonte da construção e consolidação do poder popular. Em nível meso-político trata-se de fortalecer movimentos de pressão e participação regional e nacional, com vistas a mudanças de legislação em prol da economia solidária. Trata-se de pressionar pela democratização do Estado e de seus aparelhos. Em síntese, o fortalecimento do poder popular e a democratização do Estado, assegurando-se transformações econômicas substantivas com a democratização da economia pela autogestão, com a expansão e consolidação da economia solidária, avançam em conjunto no horizonte de construção progressiva do socialismo democrático, promovendo-se as liberdades públicas e privadas eticamente referenciadas. Em âmbito macro-político, trata-se de construir um outro sistema financeiro global, democratizando o controle desses fluxos, e reorganizar o comércio internacional, de maneira justa e sustentável. Igualmente cabe

reconstruir as instâncias de Governança Internacional, como a Organização das Nações Unidas, para que assegurem a soberania dos povos e a paz entre as nações.

Por fim, em nível micro-cultural, trata-se de aprofundar e difundir os valores éticos da economia solidária nas atividades do cotidiano e multiplicar as atividades de educação popular com essa finalidade, valendo-nos de todos os meios disponíveis. Em nível meso-cultural trata-se de fortalecer movimentos culturais difundindo a cultura socioeconômica e política da economia solidária. Trata-se igualmente de promover a inter-culturalidade, com a abertura ao diálogo entre os vários povos, associada à construção de novas relações econômicas, políticas e culturais, internacionais e igualmente no interior das próprias nações, prezando pelo respeito e acolhimento da diversidade cultural como riqueza que amplia o conjunto das liberdades públicas e privadas, de todos e de cada um. Por fim, em nível macro-cultural, trata-se de multiplicar fluxos internacionais de solidariedade em prol da paz, da sustentabilidade (pela recuperação do equilíbrio dos ecossistemas em nível planetário) e inclusão global, reduzindo as desigualdades entre os povos e ente as nações.

Alguns Indicadores

O debate sobre os indicadores da economia solidária poderia ocupar diversas páginas. Em sentido mais geral, a mensuração dos resultados da Economia Solidária associa indicadores não-monetários tomados de forma complementar a outros de corte econômico, visando considerar a diversidade das formas e de atividades sócio-econômicas, a riqueza produzida e os efeitos sociais e ambientais desencadeados. Tais indicadores são tomados como instrumentos metodológicos para medir, avaliar e valorar a economia solidária, destacando-se em particular suas finalidades sociais e ambientais, considerando-se a atuação não apenas dos empreendimentos como também das ONGs e governos nessa área. Elencamos aqui, pela brevidade do tempo, alguns poucos indicadores socioeconômicos, políticos e culturais que permitam avaliar o avanço das transformações integradas nos eixos de intervenção anteriormente apresentados.

Indicadores socioeconômicos: quantidade de necessidades satisfeitas com produtos e serviços de ecosol; elevação da qualidade de vida e desenvolvimento humano (alimentação, saúde e educação; grau de soberania alimentar; acesso a bens materiais e imateriais; melhores equipamentos e serviços públicos estatais e não-estatais); acesso à informação e participação decisória; acesso a diversidade de culturas; volume e qualidade de bens e serviços produzidos adequados eco-sustentavelmente às necessidades sociais; menor número de pessoas empobrecidas; índices de distribuição de renda mais equitativos; remontagem de cadeias produtivas (maior número de fornecedores solidários de insumos); grau de realimentação em rede do conjunto das iniciativas; impacto ambiental cada vez menor do processo de consumo/comercialização/produção; existência de peixes nos rios e potabilidade de suas águas; tratamento de resíduos, maiores índices de reciclagem e de utilização de energia renovável; redução da pegada ecológica do consumo; diminuição da violência e diminuição da criminalidade, entre outros.

Indicadores Políticos: maior participação das pessoas tanto nas organizações sociais populares quanto na vida política local, regional e nacional; ampliação dos mecanismos de participação popular direta nos governos (orçamento participativo, participação na elaboração das políticas públicas); capacidade de mobilização social em favor da democratização do Estado; introdução de mecanismos de combate à corrupção e sua efetiva redução (transparência via Internet nos orçamentos e sua execução), entre outros.

Indicadores Culturais: maior solidariedade no interior das famílias, comunidades, bairros e municípios; propagação de valores como justiça, equidade, honestidade e promoção da paz; elevação de níveis de escolarização, ampliação das capacidades de expressão cultural das pessoas e comunidades e elevação do diálogo intercultural entre os povos, entre outros.